



Companhia de Saneamento Municipal -CESAMA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A COMPANHIA DE SANEAMENTO MUNICIPAL – CESAMA é uma empresa pública Municipal de Juiz de Fora, criada pela Lei 7.762/90. Tem como objeto social o estudo, elaboração de projetos e execução de obras relativas à construção, ampliação e remodelação dos sistemas de abastecimento de água potável e de esgoto sanitário, fixar e arrecadar as tarifas decorrentes dos serviços de água e esgoto, taxas e contribuições de melhorias instituídas por Lei, exploração de serviços de água potável e esgoto sanitário.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas conforme pronunciamento técnico CPC PME (R1).

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Eventos Subseguintes

A Companhia de Saneamento Municipal - CESAMA avaliou os eventos subsequentes até 18 de março de 2013, que é a data da aprovação das demonstrações financeiras pela Diretoria da empresa.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.



a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos proporcionais até a data do Balanço, não ultrapassando o valor de mercado. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas, e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Os instrumentos financeiros da Companhia encontram-se registrados em contas patrimoniais. A administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança

b) Contas a receber

Refere-se às contas de créditos com os usuários pelo fornecimento de água e pelos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário e demais serviços correlatos. Incluem, também, créditos por fornecimentos prestados e não faturados até a data do balanço para atendimento ao princípio de reconhecimento de receita.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de provisão para perda do valor recuperável. Uma provisão para perda do valor recuperável das contas a receber de clientes é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber. Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou concordata e falta de pagamento ou inadimplência (devido há mais de 180 dias) são considerados indicadores de que as contas a receber podem não ser recuperáveis.

c) Provisão para crédito de liquidação duvidosa:

É constituída para 100% do contas a receber vencido a mais de 180 dias. Contas a receber de valores até R\$5 mil são consideradas perdas assim que atingem 180 dias de atraso, sendo diretamente baixadas contra o resultado na rubrica “Provisões”.

d) Estoques de materiais

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto, bem como aqueles destinados a projetos, estão demonstrados ao custo médio de aquisição, e estão classificados no ativo circulante.

e) Créditos tributários

Os créditos tributários são calculados considerando as conseqüências fiscais atuais e futuras, incluindo o reconhecimento de ativo e passivo fiscal diferidos, decorrentes de



provisão não dedutível e, também de diferença temporária tributável no futuro, de acordo com a determinação das práticas contábeis adotadas no Brasil.

f) *Imobilizado*

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos do valor de depreciação. Relativamente as depreciações e amortização são calculadas de acordo com o método levando em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens e às taxas de depreciação referidas na nota 11.

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda quando o valor de contabilização de um ativo exceto outros valores e bens e créditos tributários for maior que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, não existem indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

g) *Intangível*

O intangível é registrado ao custo histórico de formação, sendo amortizado linearmente levando em consideração o tempo de vida útil e as taxas de amortização demonstradas na nota 12

h) *Empréstimos e financiamentos*

Os empréstimos são reconhecidos, de início, pelo valor justo, líquido dos custos das transações incorridas. Os empréstimos são subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado.

O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso da taxa de juros de mercado para o mesmo título de dívida caso este não fosse conversível, obtida junto à instituição financeira que o concedeu. Esse valor é registrado como passivo com base no custo amortizado, até que esta obrigação seja extinta na conversão ou no vencimento dos títulos de dívida. Este é reconhecido e incluído no patrimônio líquido, líquido dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social. O valor contábil da opção de conversão não é reavaliado em exercícios subsequentes.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

i) *Salários e encargos sociais*



Os salários, provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares, quando negociados em acordos coletivos de trabalho, com os encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

j) Provisão para contingências

São constituídas provisões para fazer face às contingências e obrigações legais potenciais, sendo as mesmas calculadas, tendo por base a correspondente probabilidade de perda baseada na opinião de seus assessores jurídicos. A Companhia constitui provisão para contingências, nos montantes considerados necessários para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho desfavorável de processos trabalhistas, tributários, cíveis e ambientais, os quais estão em andamento

k) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda, registrado no resultado, é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente – 15% acrescido de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$ 240 mil anuais. A partir de maio de 2010 a Companhia obteve liminar favorável a suspensão da obrigatoriedade do recolhimento do imposto de renda. Neste sentido, a CESAMA não realizou o recolhimento do imposto de renda devido a partir daquele mês.

A contribuição social, registrada no resultado, é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%.

l) Juros sobre capital próprio

Os juros a pagar a acionistas calculados nos termos da Lei nº 9.249/95 foram registrados no resultado do exercício, na rubrica despesas financeiras, conforme determina a legislação fiscal. Para fins de publicação das demonstrações financeiras, os juros sobre capital próprio estão apresentados a débito de lucros acumulados.

m) Uso de estimativas

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, quando aplicável, de acordo com o julgamento da Administração da Companhia. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisão para créditos de cobrança duvidosa e provisão para outros riscos e encargos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes aos processos de elaboração e revisão dessas estimativas. A Companhia revisa as suas estimativas, no mínimo, anualmente.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:



- Provisão para créditos de liquidação duvidosa; e
- Provisão para contingências.

4 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades estão demonstradas como segue:

	2012	2011
Caixa	0	7
Banco	1.502	1.103
Aplicações financeiras	6.799	4.609
	<u>8.301</u>	<u>5.719</u>

As aplicações financeiras estão representados por Certificados de Depósito Bancário, emitidos por bancos de 1ª linha, possuem rentabilidade indexada à taxa do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, tendo liquidez diária. Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de mercado.

5 Créditos e contas a receber de usuários

	2012	2011
Valores a receber de usuários	17.696	14.997
Valores a receber partes relacionadas	667	622
Usuarios não identificados (1)	(333)	(313)
Total Contas a Receber	<u>18.030</u>	<u>15.306</u>
Outros recebimentos	1	20
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.171)	(10.842)
	(7.170)	(10.822)
	<u>10.860</u>	<u>4.484</u>

(1) A conta “usuários não identificados” representa valores recebidos no banco ainda não baixado no sistema da Companhia

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:



	2012	2011
A vencer	-	14
Vencidos até 30 dias	2.287	2.973
Vencidos de 31 a 60 dias	685	778
Vencidos de 61 a 90 dias	181	362
Vencidos de 91 a 120 dias	132	336
Vencidos de 121 a 150 dias	115	148
Vencidos de 151 a 180 dias	108	166
Vencidos acima de 180 dias	7.064	10.842
	<u>10.572</u>	<u>15.619</u>

5.1 Contas a receber de partes relacionadas

Os valores relativos a **contas a receber** com partes relacionadas estão assim demonstrados:

Nome	31/12/2012	31/12/2011
Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (2)	667	622
Total	<u>667</u>	<u>622</u>

- (2) Ao final do período a companhia realiza o encontro de contas vinculados a seus controladores, o encontro de contas e o confronto entre os créditos a receber da companhia com os dividendos e os juros sobre capital.

6 Estoque de materiais

O estoque da Companhia é composto de material de consumo e insumo, a saber:

Nome	31/12/2012	31/12/2011
Material Escritório	145	114
Material de Limpeza e Conservação	9	15
Equipamento de Segurança	50	60
Peças e Acessórios para veículos	113	172
Produtos Químicos	229	252
Ferramentas	14	19
Material Utilizado na manutenção (a)	2.414	2.747
Uniformes	116	102
Materiais para consumo	78	25
Total	<u>3.168</u>	<u>3.506</u>

- (a) Os estoques de material utilizado na manutenção referem-se basicamente materiais hidráulicos, elétricos e material de obra utilização na manutenção dos sistema de água e esgoto pela Companhia

7 Outros valores realizáveis (não circulante)

A Conta outros valores realizáveis de longo prazo em 31 de dezembro, estão assim demonstrados em mil Reais:



	31/12/2012	31/12/2011
Convênios a receber	82	82
Prefeitura de Juiz de Fora	72	72
Retenções Processo trabalhista	<u>330</u>	<u>330</u>
Total	<u>484</u>	<u>484</u>

8 Impostos a recuperar

8.1. Circulante

Os impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	31/12/2012	31/12/2011
IRRF s/ aplicações	643	567
Pasep	21	16
Cofins	99	71
Antecipação de imposto de renda	291	238
Antecipação de contribuição social	261	262
Impostos e Contribuições s/conta água/esgoto	<u>1</u>	<u>1</u>
Total	<u>1.316</u>	<u>1.155</u>

9 Impostos diferidos

A Conta créditos tributários é composta da contas do Imposto de Renda Diferido e da Contribuição Social Diferida que em 31 de dezembro, estão assim demonstrados em mil Reais:

	31/12/2012	31/12/2011
Imposto de Renda Diferido (a)	1.016	1.016
Contribuição Social Diferida	<u>366</u>	<u>366</u>
Total	<u>1.382</u>	<u>1.382</u>

a) Os créditos referentes ao imposto de renda diferido são provenientes das Provisões de Crédito de Liquidez Duvidosa.

10 Programa de despoluição das bacias hidrográficas

Em dezembro de 2002, a Companhia firmou compromisso com a Agência Nacional de Águas – ANA, através do qual se comprometeu a construir e operar uma estação de tratamento de esgoto – ETE, com o cumprimento de determinadas metas de volume de esgoto tratado e de abatimento de cargas poluidoras.



A construção foi iniciada em 16 de maio de 2003. A obra, concluída, está em funcionamento e o valor aportado pelo PRODES encontra-se depositado em conta bloqueada de investimentos, mantida na Caixa Econômica Federal, e apresentado nas demonstrações financeiras como ativo não circulante e passivo não circulante, em 2012 a Companhia cumpriu todos os compromissos do programa e recebeu o restante dos recursos:

	31/12/2012	31/12/2011
Ativo		
Bacias Hidrográficas	-	506
Passivo		
Bacias Hidrográficas	-	(506)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Em 2012 houve a liberação das parcelas 11/12 e 12 /12 num total de R\$ 519 mil. Os valores são corrigidos mensalmente e reconhecidos como receita financeira quando da sua correção e os valores da parcelas como subvenções para investimentos no resultado e transferidas para a conta Incentivo Fiscal

11 Imobilizado

	<u>31/12/2012</u>			31/12/2011
	Depreciação			
Taxas anuais de depreciação %	Custo	acumulada	Total Líquido	Total Líquido
Terrenos	1.671	-	1.671	1.624
Edificações	4	12.368	(9.187)	3.181
Concessões de Uso		1.985	-	1.985
Valor Justo de Edificações	1,43	19.058	(1.098)	17.960
Veículos	20	3.372	(2.637)	735
Máquinas equipamentos	10	8.959	(6.278)	2.681
Ferramentas	20	124	(70)	54
Móveis e Utensílios	10	451	(296)	155
Direito de Uso		350	-	350
Sistema de Água	4	95.356	(56.950)	38.406
Sistema de Esgoto	4	60.929	(21.722)	39.207
Inversões Fixas		385	-	385
Obras em Execução		50.948	-	50.948
Benfeitorias em Terceiros	10	662	(433)	229
Depreciação Acumulada Lei 8.200		-	(47)	(47)
Total		<u>256.618</u>	<u>(98.718)</u>	<u>157.900</u>
				<u>141.802</u>

A depreciação do exercício apropriada ao resultado, foi de R\$ 5.991. (R\$ 5.513 em 2011) como custo na atividade e despesas gerais .



11.1 Movimentação do custo

Descrição	Taxa de Depreciação a.a	31/12/2012	Adições	Baixas	31/12/2011
Custo					
Terrenos		1.671	72	(25)	1.624
Edificações	4%	12.368	-	-	12.368
Concessões de Uso		1.985	-	-	1.985
Valor Justo de Edificações	1,43%	19.058	-	-	19.058
Veículos	20%	3.372	2	(266)	3.636
Máquinas equipamentos	10%	9.344	1.174	(504)	8.674
Ferramentas	20%	124	-	-	124
Móveis e Utensílios	10%	451	17	(45)	479
Direito de Uso		350	72	(7)	285
Sistema de Água	4%	95.356	9.845	(359)	85.870
Sistema de Esgoto	4%	60.929	6.960	(265)	54.234
Obras em Execução		50.948	5.820	(935)	46.063
Benfeitorias em Terceiros	10%	662	-	-	662
Total Custo		256.618	23.962	(2.406)	235.062
Depreciação Acumulada					
Edificações		(9.187)	(447)		(8.740)
Valor Justo Edificações		(1.098)	(275)		(823)
Veículos		(2.637)	(327)	259	(2.569)
Máquinas equipamentos		(6.278)	(464)	248	(6.062)
Ferramentas		(70)	(24)		(46)
Móveis e Utensílios		(296)	(25)	27	(298)
Sistema de Água		(56.950)	(2.510)		(54.439)
Sistema de Esgoto		(21.722)	(1.877)		(19.845)
Benfeitorias em Terceiros		(433)	(42)		(391)
Depreciação Acumulada Lei 8.200		(47)	-	-	(47)
Total da Depreciação		(98.718)	(5.991)	534	(93.260)
Total Líquido		157.900	17.971	(1.872)	141.802

- (a) Obras em Execução destinadas ao aumento da capacidade de produção para atender à demanda dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário

As baixas tanto do exercício de 2011, quanto do exercício de 2012, referem-se ao sucateamento natural dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e por leilões.



12 Intangível

12.1 Composição dos saldos

Em 31 de dezembro, o intangível estava demonstrado como segue:

Descrição	Taxa de Amortização a.a.	31/12/2012	31/12/2011
Rede Mista Esgoto e Água Pluvial	4%	1.065	1.065
Total custo		1.065	1.065
Depreciação acumulada			
Rede Mista Esgoto e Água Pluvial		(529)	(486)
Total depreciação		(529)	(486)
Total líquido		536	579

12.2 Movimentação do custo

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2012	Adições	Baixas	31/12/2011
Rede Mista Esgoto e Água Pluvial	4% a.a.	1.065			1.065
Total custo		1.065			1.065
Depreciação acumulada					
Rede Mista Esgoto e Água Pluvial		(529)	(42)		(486)
Total depreciação		(529)	(42)		(486)
Total líquido		536	(42)	-	579



13 *Fornecedores e Empreiteiros*

As obrigações com fornecedores estão relacionadas a gastos com serviços e materiais necessários à execução dos projetos da Companhia. Em 31 de dezembro os saldos estão assim demonstrados:

	31/12/2012	31/12/2011
Fornecedor	2.167	1.711
Empreiteiro	<u>1052</u>	<u>2.296</u>
Total	<u>3.219</u>	<u>4.007</u>

(i) Empresas especializadas na execução de obras na área de saneamento.

14. **Empréstimos e financiamentos**

	31/12/2012			31/12/2011		
	Circul.	Não Circ.	Total	Circul.	Não Circ.	Total
Em moeda nacional						
BDMG - Novo Soma	1.136	4.859	5.995	892	4.558	5.450
BDMG - Soma	0	935	935	-	888	888
CEF - Prosanear	61	2.339	2.400	53	2.238	2.291
CEF - Prosaneamento	665	1.232	1.897	581	1.938	2.519
CEF - Adutora	2.176	5.502	7.678	1.595	6.648	8.243
CEF - Ampliação ETA	109	2.922	3.031	71	2.330	2.401
Total	4.147	17.789	21.936	3.192	18.600	21.792

	Encargos anuais	Período inicial	Vencimento Final	31/12/2012	31/12/2011
Em moeda nacional					
Investimentos em obras					
BDMG - Novo Soma	8% + IGP-M	02/11/2005	02/11/2017	5.995	5.450
BDMG - Soma	8% + IPCA	16/09/2011	16/09/2026	935	888
CEF - Prosanear	6% + IGP-DI	20/12/1990	20/11/2029	2.400	2.291
CEF - Prosaneamento	6,5% + FGTS	02/03/2002	06/03/2017	1.897	2.519
CEF - Adutora	8% + FGTS	28/06/2004	28/06/2016	7.678	8.243
CEF - Ampliação ETA	6% + FGTS	28/12/2007	28/12/2030	<u>3.031</u>	<u>2.401</u>
				21.936	21.792

As garantias dos empréstimos e encargos é a arrecadação proveniente do pagamento das tarifas de água e esgoto



15. Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher estão assim demonstrados:

	31/12/2012	31/12/2011
INSS	794	658
IRRF	284	247
FGTS	276	242
PASEP	144	126
COFINS	662	582
SENAI	9	8
ISSQN	38	33
Convênio SESI	32	29
Convênio SENAI	22	20
Retenção Contribuição Lei 10.833	5	1
IRPJ	65	65
CSLL	99	99
Total	2.430	2.110

16. Outros passivos

A Conta outros débitos em 31 de dezembro, estão assim demonstrados:

	31/12/2012	31/12/2011
Ordenados e Salários	546	28
SENAI treinamento	44	20
SESI Assistência Social	32	52
Previdência Privada	12	47
Cauções de terceiros	176	114
Valores a restituir usuários	788	542
Retenções P/Resp. Solidária	-	5
Outros Valores exigíveis	442	294
	2.040	1.102

17. Obrigações por Concessão de Uso

A Conta outras obrigações em 31 de dezembro, estão assim demonstrados em mil Reais:

	31/12/2012	31/12/2011
Concessão de Uso (a)	1.985	1.985
	1.985	1.985

- (a) A conta concessão de uso corresponde a contratos de cessão realizados entre a companhia e outros órgãos públicos, onde a CESAMA ocupa áreas cedidas por órgãos públicos sem ônus, apenas os custos de manutenção são custeados pela CESAMA.



18. Provisão para contingências

18.1 Processos com probabilidade de perda provável

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, trabalhista e tributária.

A CESAMA mantém provisão contábil julgada suficiente de acordo com a posição dos assessores jurídicos para fazer face a questões trabalhistas e cíveis nas quais a Companhia é ré. Essas provisões estão apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, da seguinte forma:

	Dépositos Judiciais		Provisões para contingências	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Cível (a)	251	155	1.770	600
Trabalhista (b)	409	480	380	1.350
	<u>660</u>	<u>635</u>	<u>2150</u>	<u>1950</u>

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

- (a) A provisão cível refere-se a processos movidos por terceiros contra a Companhia decorrentes de demandas relacionadas a danos materiais e morais, desapropriações, pedidos de reembolsos em relação à prestação de serviços da Companhia e à cobrança de serviços etc.
- (b) As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos proferidos por ex-empregados e empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), pleiteando equiparação, diferenças salariais, adicional noturno, intervalo intra-jornadas, horas extras e outras verbas trabalhistas.

18.2 Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia discute outras ações para as quais tem expectativa de desfecho favorável. Para essas ações, não foi constituída provisão para fazer face a eventuais perdas, tendo em vista que a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa.

Os processos em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia é parte passiva, estão assim distribuídos em 31 de dezembro de 2012 R\$ 20.536.313,29.

Os detalhes sobre os processos com probabilidade de perda possível, são os seguintes:

- (a) Os processos cíveis referem-se a processos movidos por terceiros contra a Companhia decorrentes de demandas relacionadas a danos materiais e morais, desapropriações, pedidos de reembolsos em relação à prestação de serviços da Companhia e à cobrança de serviços etc.



- (b) As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos proferidos por ex-empregados e empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), pleiteando equiparação, diferenças salariais, adicional noturno, intervalo intra-jornadas, horas extras e outras verbas trabalhistas.

19. Benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina plano de pensão para seus funcionários, o qual inclui planos de contribuição definida, administrados pela BRADESCO MULTIPENSIONS, entidade fechada de previdência complementar.

19.1 Plano de Contribuição Definida

São planos de benefícios pós-emprego pelos quais uma entidade empregadora/patrocinadora paga contribuições fixadas a uma entidade separada (um fundo) e não terá obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não detiver ativos suficientes para pagar todos os benefícios dos empregados relativos ao serviço dos empregados no período corrente e em períodos anteriores; ou seja, a obrigação legal ou construtiva da entidade empregadora/patrocinadora é limitada à quantia que ela aceita contribuir para o fundo; em consequência, o risco atuarial (que os benefícios serão inferiores aos esperados) e o risco de investimento (que os ativos investidos serão insuficientes para satisfazer os benefícios esperados) recaem sobre o empregado.

20. Instrumentos financeiros

a. Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos a pagar, contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber à vista e a curto prazo, que resultam diretamente de suas operações. A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

(i) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar e depósitos.

Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.



Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos nas taxas de juros que afetam as dívidas da Companhia.

Risco cambial

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, conseqüentemente, as despesas financeiras. A Companhia não mantém operações de “hedge” ou “swap” para se proteger desse risco.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Parte substancial das vendas é pulverizada entre um grande número de clientes. No caso desses clientes, o risco de crédito é mínimo devido à pulverização da carteira e aos procedimentos de controle, que monitoram esse risco. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para eventuais perdas na sua realização.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente.

(iii) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras dos governos estaduais e federais, e financiamentos nos mercados internacionais e locais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia dispõe de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais. Os financiamentos em moeda estrangeira destinam-se a obras de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto. A CESAMA não realizou operações de proteção cambial para esses financiamentos.

b. Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.



A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

21 Partes relacionadas

21.1 Prefeitura Municipal de Juiz de Fora

A Companhia é controlada diretamente pela Prefeitura Municipal de Juiz de Fora com 99,99% das ações e de forma indireta através do Departamento Municipal de Limpeza Urbana – DEMLURB com 0,01% de ações, totalizando 100% das suas ações.

O detalhamento do saldo de contas a receber de órgãos públicos e os valores faturados no exercício de 2012 estão demonstrados na nota 5.1.

21.2 Remuneração dos empregados e administradores

As operações com empresas associadas decorrem de fornecimentos mútuos para financiamentos necessários a suas atividades.

As operações com empresas associadas, relacionadas à atividade operacional da Companhia, foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes e seus saldos patrimoniais podem ser assim demonstrados:

Companhia de Saneamento Municipal	31/12/2012	31/12/2011
Ativo circulante		
Contas a receber	<u>667</u>	<u>622</u>
	667	622
Ativo não circulante		
Imobilizado - Cessão de uso (a)	<u>1.985</u>	<u>1.985</u>
	1.985	1.985
Total ativo	<u>2.652</u>	<u>2.607</u>
Passivo circulante		
Cessão de uso (a)	<u>1.985</u>	<u>1.985</u>
	1.985	1.985
Total passivo	<u>1.985</u>	<u>1.985</u>

- (a) Os montantes de cessão de uso são referentes a imóveis utilizados pelas partes relacionadas, onde a Prefeitura utiliza o imóvel da CESAMA localizado na Av. Independência lojas 992 e 994 e em contra partida a prefeitura cede o imóvel localizado na Avenida Getúlio Vargas nº 1001 e 8º andar do Edifício Adhemar Resende de Andrade situado a Avenida Rio Branco 1843.

21.3 Operações com pessoal-chave da administração

Os diretores que pertencem ao quadro de empregados possuem os mesmos benefícios dos demais empregados da CESAMA.

A Cesama adota política de remunerações variáveis a seus diretores e pessoal chave que em 2012, conforme condições previstas nos respectivos contratos determinaram provisão no montante de R\$ 515 e em 2011 o valor de R\$ 509 reconhecidos em rubrica própria.



22 Patrimônio líquido

22.1 Capital Social

O capital social, em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 61.000, representado por 61.000 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

Acionistas	Quantidade de ações	%
Prefeitura Municipal de Juiz de Fora	60.994	99,99%
DEMLURB	6	0,01%
	61.000	100,00%

22.2 Reserva Capital

A criação da Reserva de Incentivos Fiscais em 2012 foi decorrente dos recebimentos das parcelas do PRODES – Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas que tem a finalidade de transferir recursos financeiros da Agência Nacional de Águas – ANA, mediante a construção da Estação de Tratamento de Esgoto Barbosa Lage (ETE) e no cumprimento das metas de volume de esgoto tratado, totalizando o repasse no exercício de 2012 em R\$ 519 mil.

22.3 Reserva Legal

A reserva legal tem sido constituída em conformidade com o art 193 da Lei 6.404/76 e de acordo com o Estatuto Social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2012 o saldo registrado é de R\$ 4.365 mil.

22.4 Reserva Para Plano de Investimentos

Em 2012, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária dos acionistas, foi decidido aumentar o capital da companhia, conforme decisão descrita em ATA. Os recursos foram provenientes da transferência dos Lucros Acumulados no montante de 14.835.

22.5 Reserva de Incentivos Fiscais

A reserva de incentivos fiscais tem sido constituída dos repasses governamentais de R\$ 1.472 e do IRPJ suspenso de R\$ 5,141.

22.6 Dividendos

Os juros a pagar a acionistas, calculados nos termos da Lei nº 9.249/95, foram registrados no resultado do exercício, na rubrica “despesas financeiras”, conforme determina a legislação fiscal. Para fins de publicação das demonstrações financeiras, os juros sobre capital próprio estão apresentados a débito de lucros acumulados.

As ações têm direito a dividendos mínimos de 6% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei e de seu Estatuto Social, podendo a ele ser imputado, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais nos termos da Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior.



Para atender a essa disposição estatutária, a administração entende que os juros sobre capital próprio propostos cobrem o montante requerido, conforme demonstrado a seguir:

Lucro Líquido	24.878
IRPJ Suspenso	(5.141)
JSCP	(1.575)
Lucro após IRPJ Suspenso	18.162
Reserva Legal (5%)	(908)
Reserva Incentivos Fiscais	(1.472)
	<hr/>
Base de Cálculo dos Dividendos	15.782
Dividendos	(947)
Valor Líquido para distribuição	<u><u>14.835</u></u>

22 Receita operacional líquida

A receita bruta da companhia é decorrente de dois segmentos de negócios, do serviço de abastecimento de água potável e o esgoto sanitário, que estão distribuídos a saber:

	31/12/2012	31/12/2011
Serviços de Água		
Tarifa de Água	66.927	62.719
Ligações	980	952
Cortes e Sanções	369	422
Aplicações Redes	279	217
Outros Serviços Técnicos	52	69
	<u>68.607</u>	<u>64.379</u>
Serviços de Esgoto		
Tarifa de Esgoto	57.259	53.911
Ligações	404	371
Cortes e Sanções	1	1
Aplicações Redes	856	950
	<u>58.520</u>	<u>55.233</u>
Receita Bruta	<u>127.127</u>	<u>119.612</u>
Cancelamentos	(1.501)	(1.416)
Pis sobre faturamento	(1.590)	(1.362)
Cofins sobre faturamento	(7.322)	(6.284)
Receita Líquida	<u>116.714</u>	<u>110.550</u>

23 Custo dos serviços prestados

Os custos incorridos com a prestação de serviços de água e esgoto podem ser assim demonstrados:



	31/12/2012	31/12/2011
Custos dos Sistemas		
Sistema de Água		
Pessoal	12.263	13.165
Material e Insumos	6.050	7.040
Serviços de Terceiros	6.989	4.760
Despesas Gerais	9.171	9.341
Depreciações e Amortizações	2.553	2.327
	<u>37.026</u>	<u>36.633</u>
Sistema de Esgoto		
Pessoal	6.907	6.158
Material e Insumos	2.157	2.575
Serviços de Terceiros	3.332	4.294
Despesas Gerais	841	1.262
Depreciações e Amortizações	1.919	1.676
	<u>15.156</u>	<u>15.965</u>
Total dos Custos do Sistema	<u>52.182</u>	<u>52.598</u>

24 Despesas gerais e administrativas

As despesas Gerais e Administrativas estão demonstradas como segue:

	2012	2011
Administrativas		
Pessoal	32.205	24.607
Materiais e Insumos	792	596
Serviços de Terceiros	2.939	3.703
Depreciações	1.561	1.511
Provisão P/Crédito de Líquidez Duvidosa	-3.564	780
Provisão P/ Contingência	200	950
Multa de Infração	1	18
Indenizações	129	320
Outras Receitas	-642	-1070
	<u>33.621</u>	<u>31.415</u>
Gerais	<u>2.409</u>	<u>1.473</u>
Total	<u>36.030</u>	<u>32.888</u>

25 Imposto de renda e contribuição social

26.1 Imposto de renda



A Companhia impetrou Ação Ordinária obtendo liminar favorável a suspensão da obrigatoriedade do recolhimento do IRPJ, alegando condição de empresa pública municipal responsável pela distribuição, coleta, tratamento de água potável e esgoto, devendo ser protegida pela imunidade tributária prevista no art.150, inciso VI, alínea “a”, da Constituição Federal de 1988. Em maio de 2010 foi deferida Tutela Antecipada pela Juíza Federal Titular da 3º Vara de Juiz de Fora a favor da Companhia. Neste sentido, a CESAMA não contabilizou e não recolheu o IRPJ devido a partir do mês de maio de 2010 até o encerramento do exercício. Apartir de 2012 o valor de R\$ 5.141 mil correspondente ao IRPJ foi transferido para a Reserva de Incentivos Fiscais

26.2 Contribuição social

O valor registrado como despesa de Contribuição Social nas Demonstrações financeiras está calculado conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro Antes dos Impostos e Contribuições	27.319	25.851
Adições		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	780
Provisão para contingências	200	-
Patrocínio	360	41
Outras Adições	41	57
	601	878
Exclusões		
Reversão da Provisão para Contingência		950
Reversão para crédito de liquidação duvidosa	3.564	
Receita de Subvenções	1.471	
Perda do Período	106	
Juros sobre capital próprio	1.575	2.600
	6.716	3.550
Base de Cálculo	21.204	23.179
Aliquota - 9%	1.908	2.087
	1.908	2.087

26 Seguros (não auditado)

A Companhia não mantém contratos de seguros para coberturas de eventuais perdas decorrentes de incêndios e outros multiriscos sobre seus ativos e responsabilidades, há apenas contratos de seguros para seus veículos, incorrendo em coberturas de eventuais perdas decorrentes de incêndios e outros multi-riscos para os demais ativos e responsabilidades.

Não ocorreram durante o exercício perdas significativas decorrentes dos riscos acima mencionados.

* * * * *



Companhia de Saneamento Municipal – CESAMA

André Borges de Souza

Diretor Presidente

Eleutério Paschoalino Costa

Diretor Financeiro e Administrativo

Márcio Augusto Pessoa Azevedo

Diretor Técnico Operacional

Robson Dutra Ferreira

Contador CRC-MG 070057/O-0